



**MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

Aprovado,

O Presidente da Câmara Municipal,

**CADERNO DE ENCARGOS**

**FORNECIMENTO ÁRVORES PARA OS DIVERSOS  
ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO**

## **PARTE I**

### **Cláusulas Jurídicas**

#### **Artigo 1.º**

##### **Entidade pública contratante**

A entidade pública contratante é o Município de Vila Velha de Ródão, pessoa coletiva 506642798 sito na Rua de Santana, 6030-230 Vila Velha de Ródão, com o número de telefone 272 540 300, de fax 272 540 301 e com o e-mail: [geral@cm-vvrodão.pt](mailto:geral@cm-vvrodão.pt).

#### **Artigo 2.º**

##### **Objeto do Procedimento**

O objeto do presente procedimento consiste no fornecimento de árvores para os diversos espaços públicos do Município, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste Caderno de Encargos.

#### **Artigo 3.º**

##### **Local de Entrega**

1. Os bens, objeto deste contrato, serão entregues no Estaleiro Municipal, em Vila Velha de Ródão, no seguinte horário de funcionamento de:  
Manhã: 8:00 horas às 12:00 horas  
Tarde: 13:00 horas às 16:00 horas
2. A entrega deverá ser efetuada até meia hora antes do fecho de funcionamento nos horários da manhã e tarde.

#### **Artigo 4.º**

##### **Prazo de entrega**

1. O fornecimento decorrerá durante o ano de 2025.
2. A Câmara Municipal, comunicará ao adjudicatário a entrega de bens assim como a quantidade que necessita, com a antecedência mínima de 5 dias.
3. A comunicação acima referida deverá ser efetuada por e-mail, ou outra acordada por ambas as partes.

#### **Artigo 5.º**

##### **Valor**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto deste procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Velha de Ródão deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, cujo valor se estima em **3.355,00€** (Três mil, trezentos e cinquenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.
3. O montante estimado referido no número 1 do presente artigo deve considerar-se o preço base, nos termos do art.º 47 do CCP como montante máximo que a Câmara Municipal se dispõe a pagar pelo fornecimento do objeto deste procedimento.

**Artigo 6.º****Condições de Pagamento**

1. O adjudicatário deverá faturar após cada fornecimento;
2. A cada fornecimento corresponde uma fatura que será paga a 30 dias da data da sua apresentação;
3. Na fatura deve constar o número de compromisso;
4. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, esta deve comunicar ao adjudicatário, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

**Artigo 7.º****Contrato**

1. Não há lugar a celebração de contrato escrito, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 95.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro;
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
  - a) Os esclarecimentos e as retificações do caderno de encargos identificados pelo adjudicatário, desde que esses esclarecimentos e as retificações tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar e quando a eles houver lugar;
  - b) O caderno de encargos;
  - c) A proposta adjudicada;
  - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário, quando a eles houver lugar;
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

**Artigo 8.º****Obrigações do Adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação, no presente caderno de encargos ou da proposta, da adjudicação decorrem, para o adjudicatário, a obrigação de fornecer os bens, dentro do prazo e de acordo com as características e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

**Artigo 9.º****Obrigações da entidade adjudicante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação, no presente caderno de encargos, da proposta e da adjudicação decorrem, para a entidade adjudicante, a obrigação de pagar as faturas de acordo com as condições referidas no artigo 6.º deste caderno de encargos.

**Artigo 10.º****Penalidades**

Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual, as obrigações previstas no presente caderno de encargos, por facto que lhe seja imputável, a entidade Adjudicante pode, a título sancionatório, aplicar uma multa diária de 10% do valor do fornecimento, relativamente ao qual se verificou o incumprimento dos prazos fixados no artigo 4.º deste caderno de encargos.

**Artigo 11.º****Caução**

Não há lugar à prestação de caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

**Artigo 12.º****Casos fortuitos ou de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir motivos de força maior, caso se venha a verificar os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Artigo 13.º****Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, e no presente caderno de encargos a entidade adjudicante pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar, de forma grave as suas obrigações;
2. O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

**Artigo 14.º****Resolução por parte do adjudicatário**

Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato se a Câmara Municipal deixar de cumprir as obrigações previstas no presente caderno de encargos, atrasando os pagamentos para além de 60 dias.

**Artigo 15.º****Denúncia**

1. Qualquer das partes pode denunciar o contrato, desde que comunique tal intenção à outra, por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de sessenta dias, a contar do seu termo inicial.
2. A denúncia do contrato nos termos do número anterior não confere às partes outorgantes o direito ou a obrigação de indemnizar a outra parte.

**Artigo 16.º****Objeto do Dever de Sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se o dever de sigilo previsto na informação e na documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

**Artigo 17.º****Proteção de dados pessoais**

O adjudicatário obriga-se a cumprir a Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto), ou diploma legal que sobrevier, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), ficando obrigado, nomeadamente:

1. A garantir o dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com o Município, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.
2. Não utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao Município, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.
3. A garantir o dever de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o Adjudicatário e o Município e também depois do final da relação entre o Adjudicatário e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços.

4. A devolver, mediante solicitação por escrito do Município, todos os documentos e registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso por virtude dos contactos profissionais com o Município.
5. Notificar imediatamente o Município caso perca a informação e/ou dados pessoais ou parte deles, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

#### **Artigo 18.º**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificada no contrato;
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Artigo 19.º**

##### **Resolução de Litígios – Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Artigo 20.º**

##### **Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

Não é permitida a subcontratação ou cessão da posição contratual para efeitos de cumprimento do objeto do contrato.

#### **Artigo 21.º**

##### **Legislação Aplicável**

O procedimento é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na redação do Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e legislação conexas.

## PARTE II

### Especificações técnicas

O fornecedor obriga-se a fornecer as seguintes Árvores, com as especificações técnicas e quantidades a seguir discriminadas:

AQUISIÇÃO DE ÁRVORES			
Designação	Vaso	Tamanho	Quantidade
<i>Liriodendron Tulipifera</i>	Vaso	PAP 08-10	3
<i>Quercus Rubra</i>	Vaso	PAP 10-12	5
<i>Quercus Rubra</i>	Vaso 3Lt	H 100-150	5
<i>Platanus Hybrida</i>	Vaso Geotêxtil Médio	PAP 10-12	20
<i>Platanus Hybrida</i>	Vaso 3Lt	H100-150	12
<i>Melia Azederach</i>	Vaso	PAP 08-10	8
Jacaranda Mimosifolia	Vaso	PAP 08-10	1
Jacaranda Mimosifolia	Vaso	H150-200	2
Populus Nigra Italica	Vaso Geotêxtil Médio	PAP 08-10	2